



EDUCAÇÃO E O PATRIMÔNIO INDÍGENA NO CAMPO DAS VERTENTES

Education and indigenous heritage in Campo das Vertentes

Gabriel Arriel Pedrozo

Mestrando em história pela Universidade Federal de São João del-Rei. Graduado em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2829-3242>

gabrielarqueo@hotmail.com

Laryssa Celestino Serralheiro

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rio Grande.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9421-3389>

LaryssaCelestino@gmail.com

Artigo recebido em jan/2023 e aceito em jun/2023

RESUMO

Após a implementação a Lei nº 11.645/08, a qual tornou obrigatório na rede de ensino público e privado abordar em sala de aula as questões étnico-raciais com a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, compreendemos que tal determinação legislativa se tornou um desafio à classe docente, tendo em vista que percebemos a necessidade de novas fontes de informação para abarcar o passado histórico dessas minorias. O Campo Das Vertentes, mesorregião do sul de Minas Gerais, possui a sua fama engajada no patrimônio advindo da colonização e da exploração aurífera do século XVIII. Contudo, pesquisas arqueológicas nestas últimas décadas têm evidenciado um novo lado desse passado, demonstrando um patrimônio da região pertencente a uma temporalidade mais profunda. Dessa maneira, no presente estudo buscamos discutir as potencialidades das contribuições da arqueologia para inserção da temática indígena na educação, especialmente nas áreas da e geografia nas escolas, levando em consideração o contexto específico do Campo das Vertentes/MG.

Palavras-chave: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Geografia; Arqueologia; Campo das Vertentes.

ABSTRACT

After the implementation of Law nº 11.645/08, which made it mandatory in the public and private education network to address ethnic-racial issues with the theme of Afro-Brazilian and Indigenous history and Culture in the classroom, we understand that such legislative determination is it became a challenge for the teaching profession, considering that we realized the need for new sources of

information to cover the historical past of these minorities. Campo das Vertentes, a mesoregion in the south of Minas Gerais, owes its fame to its heritage arising from colonization and gold exploration in the 18th century. However, archaeological research in recent decades has highlighted a new side of this past, demonstrating the region's heritage belonging to a deeper temporality. Thus, in the present study we seek to discuss the potential contributions of archeology to the insertion of indigenous themes in education, especially in the areas of geography in schools, taking into account the specific context of archeology to the insertion of indigenous themes in education, especially in the areas of geography in schools, taking into account the specific context of Campo das Vertentes/MG.

Keywords: Afron-Brazilian and Indigenous History and Culture; Geography; Archeology; Campo das Vertentes.

1. INTRODUÇÃO

O conteúdo de Geografia na grade curricular comum tem sempre visado a contemplar aspectos físicos e humanos da espacialidade, contudo certas minorias mesmas que contempladas por leis, ainda carecem de representação. O Brasil é uma nação continental com múltiplas diversidades étnicas, raciais e culturais. Diante dessa pluralidade social, a heterogeneidade no contexto institucional da Educação Básica brasileira faz de suma importância a retomada de consciência coletiva sobre povos tradicionais, com suas respectivas culturas. Grupos étnicos indígenas, em Minas Gerais, possuem sua história por muito tempo relegada à uma espécie de esquecimento e “negligência bibliográfica” (VILLAS-BOAS, 1995; RESENDE, 2003; RESENDE e LANGFUR, 2005; LANGFUR, 2007). Mesmo que o sistema colonial tenha sido extinto e a Constituição de 1988 garanta a igualdade – e vigore leis desse intuito voltadas para o sistema educacional brasileiro –, as lutas sociais e a promoção da igualdade de raças e etnias ainda tornam essa questão um tanto quanto desafiadora no cotidiano da sala de aula. Nesse sentido, várias leis foram implementadas em busca da aceitação e respeito da diversidade cultural presente em nosso país, tendo em vista a necessidade de reconhecimento das contribuições das comunidades indígenas e negras nas diversas áreas etno-educacionais, sociais e econômicas em nosso país. Por isso, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena se torna imprescindível para o contexto do ensino escolar na atualidade, sobretudo em Minas Gerais.

O passado indígena e, por consequência, seu patrimônio são de uma origem bastante recuada. Naturalmente, somos levados a pensar que tudo se inicia em território nacional em 1500, com o início da presença portuguesa no Brasil. Contudo, existiam pessoas que habitavam nessas porções de terra por vários milênios, as quais possuíam toda uma diversidade cultural e linguísticas espalhadas em diversas regiões, habitando e se adaptando aos mais variados biomas. Por exemplo, os artefatos mais antigos encontrados em Minas Gerais são de 12 mil anos atrás (NEVES e PILÓ, 2008). Mesmo que ainda se conhece pouco desse passado profundo, diversas informações estão

sendo levantadas por meio da arqueologia, e tem sido capaz de reconstruir a história antiga de Minas Gerais e evidenciar o seu rico patrimônio pré-colonial.

Em muitos casos, a contingência dos processos históricos nesses últimos séculos resultou em um mosaico étnico na demografia ao longo de toda a América Portuguesa. Em Minas Gerais, com sua história marcada pela intensa atividade de bandeirantes e forte exploração de ouro, resultou num constante vilipêndio das populações nativas, em especial a partir da segunda metade do XVIII (RESENDE, 2003). Porém, ainda assim, diversos grupos indígenas foram importantes agentes sociais na formação sociocultural de Minas Gerais (RESENDE, 2003; RESENDE e LANGFUR, 2007). Contudo, seus redutos populacionais foram empurrados para partes consideradas periféricas e espoliadas, restando apenas vestígios dessas populações antigas que ainda resistem. Desta maneira, o artigo busca discutir e chamar a atenção para uma contradição presente na mesorregião do Campo das Vertentes, que possui um rico patrimônio, que atesta a ocupação indígena na localidade, contudo, ainda se tem levado ausência de práticas educacionais que abordem esse particular contexto cultural, tanto no ensino de Geografia.

2. O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO INDÍGENA NO CAMPO DAS VERTENTES

O patrimônio indígena que o presente artigo tem como intuito enfatizar, refere-se sobretudo ao patrimônio arqueológico. Boa parte das sociedades indígenas que habitavam o Brasil durante a descoberta e no decorrer dela, se organizavam em aldeias, não consolidando estado nacionais e aglutinando milhares de pessoas, como no Velho Mundo ocorreu por meio da Revolução do Neolítico e o surgimento das primeiras cidades-estados no Crescente Fértil (HODDER, 2018). Nas Américas, por ser um continente separado do grande bloco euroasiático, os grupos humanos que habitaram nestas regiões desenvolveram sua história própria e separada, resultando em particularidades regionais. Especificamente no Brasil – com exceção da Amazônia cujas aldeias se aproximavam de cidades (HECKENBERGER, 2001) – os agrupamentos humanos não passavam de centenas ou alguns milhares de habitantes (PROUS, 2006). Esses indígenas que aqui viviam, não deixaram traços de monumentalidade, como o caso dos Incas ou Astecas e Maias, relegando sobretudo dessas aldeias pretéritas, no Campo das Vertentes, os artefatos cerâmicos, líticos (instrumentos em rocha) e o grafismo rupestre, boa parte das demais evidências desses povos antigos se perderam no tempo.

A ocupação humana no estado de Minas Gerais é bastante antiga, e permeada por caminhos ainda pouco conhecidos. Há evidências que estabelecem a presença de pessoas no território nacional por volta de 28.000 A.P. (Antes do Presente) (BÖEDA *et al.*, 2013), contudo, evidências mais “seguras”, no ponto de vista de datação, preservação e contexto arqueológico mais preservado,

encontram-se estimadas a partir do Holoceno Inicial (STRAUSS, 2010; 2016; BUENO *et al.*, 2013; LUZ, 2014). Neste período, distintas regiões do continente americano já se encontravam habitadas (DIAS, 2004; PRATES *et al.*, 2013), tais grupos, caracterizados como forrageiros, possuíam alta mobilidade e uma diversidade de estratégias de subsistência (KIPNIS, 1998; BORRERO, 2015).

Tais povos que habitaram no Holoceno Inicial são chamados de Paleoíndios (“paleo”/antigo “índio”/indígena), que habitaram até 8.000 anos atrás, no período denominado de Arcaico, referente a grupos sem cerâmicas que viveram antes de 12.000 anos atrás (PROUS, 2019). Contudo, boa parte dos artefatos encontrados na mesorregião do Campo das Vertentes se caracteriza por sítios cerâmicos, isto é, sítios arqueológicos de antigos assentamentos humanos que confeccionavam utensílios em cerâmica, tal material, conjuntamente de instrumentos em rocha (líticos) foram preservados ao longo do tempo, relegando ao tempo presente e formando sítios arqueológicos.

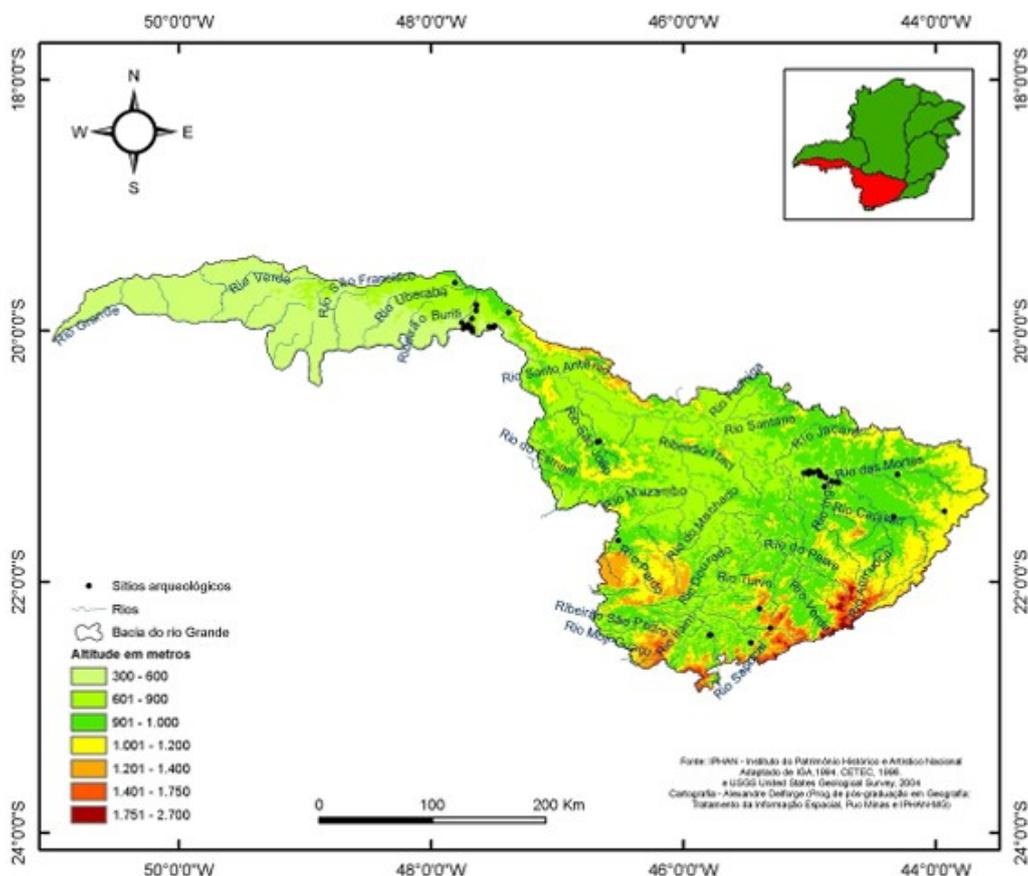


Figura 1 – Sítios Arqueológicos pré-coloniais registrados na Bacia do Rio Grande (englobando a mesorregião do Campo das Vertentes).
Fonte: Delforge, 2010, p. 99.

Os sítios arqueológicos, tratam-se de concentrações e quantidades de artefatos (DUNNEL, 1992). E são resguardados e considerado um patrimônio da União de acordo com a Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Esta lei, conhecida como Lei do Tombamento, estabelece as normas

para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Foi sob a régia dessa legislação que boa parte dos sítios arqueológicos em Minas Gerais foram descobertos, já que empreendimento envolvendo rodovias e Usinas Hidrelétricas (por exemplo), são obrigados a estar submetidos a vários procedimentos para o licenciamento de projetos que possam afetar bens arqueológicos (Portaria IPHAN nº 230). E os sítios arqueológicos, que são foco do artigo, foram encontrados neste contexto, por meio de dois empreendimentos: a duplicação da Rodovia Fernão Dias e a construção da Usina Hidrelétrica do Funil, ambos possuindo o auge das atividades no início do século XXI.

Como mencionado acima, vários sítios arqueológicos do Campo das Vertentes são resultado de atividades e ocupação espacial humana do passado. Por apresentarem artefatos cerâmicos, são de uma temporalidade relativamente mais recente, não estando, por exemplo, no período arcaico. Datações de termoluminescência realizadas no sítio arqueológico Monte Alegre, no município de Ribeirão Vermelho, datam os artefatos da localidade em 800 anos A.P. (BRANDT, 2004). Os tipos cerâmicos não apenas do sítio Monte Alegre, mas todos os demais da região, apresentam traços da tradição arqueológica Aratu-Sapucai (PEDROZO e RESENDE, 2020). Essa tradição arqueológica, refere-se, em termos gerais, a uma técnica de confecção cerâmica que os indígenas utilizavam. Em muitos casos, tal técnica normalmente é vinculada à grupos de língua Jê, uma matriz linguística muito comum no Brasil Central.

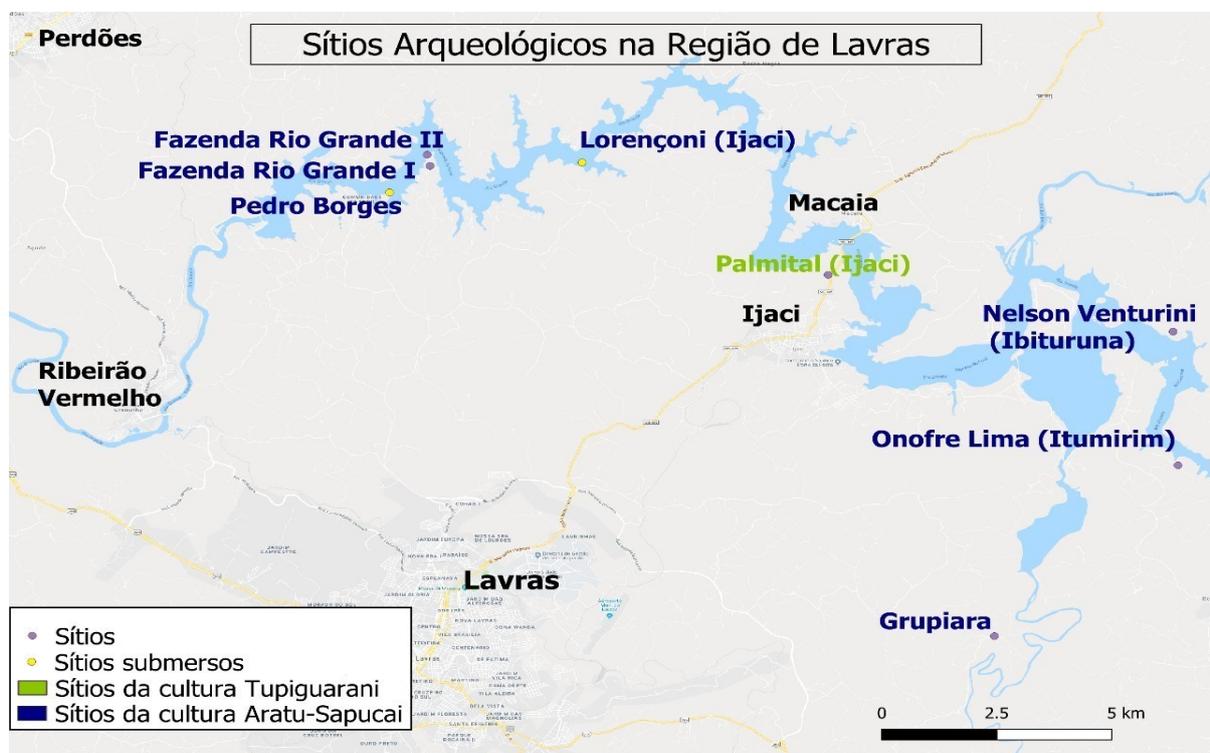


Figura 2 – Sítios Arqueológicos na região de Lavras.
Fonte: Pedrozo e Rezende (2020).

Essas antigas aldeias, compartilham de um padrão de ocupação comum, normalmente localizam-se em topos de morros e em vertentes, bem como, apresentam uma organização circular da disposição de suas habitações. Como também sempre dispostas ou próximas das margens dos rios (vide figura 1 e 2). Sabe-se que tais povos antigos cultivavam milho, mandioca, inhame, e outros tipos de plantas. Além da agricultura, também realizavam o manejo das matas de araucárias, para o consumo de pinhão, sendo responsáveis, em boa parte, pela ampla difusão dessas plantas na sua época (BITERCURT, 2006).

Contudo, há uma diversidade cultural nestas populações. Além de artefatos que os arqueólogos vinculam aos grupos jês, há peças cerâmicas com traços da tradição tupi-guarani (PEDROZO e RESENDE, 2020). Tratando de um contato com um outro povo, com língua e cultura associado à grupos que habitaram todo o litoral brasileiro de matriz tupi-guarani. Evidenciando, que a localidade do Campo das Vertentes trata-se de uma zona de fronteira e de movimentação de diferentes grupos, possuindo uma rica história e arcabouço patrimonial indígena.

3. O DESAFIO DOCENTE PARA O ENSINO DA CULTURA-AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENAS NA GEOGRAFIA

Como podemos observar, diante dos indícios arqueológicos, a cultura indígena não se restringe apenas ao que é propagado pela ótica eurocêntrica, – herança oriunda da colonização portuguesa em terras brasileiras –, a qual difundiu um discurso normalizador sobre as práticas exploratórias e “civilizatórias”, o que causou uma certa desvalorização do passado e costumes desse grupo social, até porque, por muito tempo, registros escritos foram consagrados como fidedignos para representar relatos de uma sociedade ainda pouco conhecida pelos europeus e que, segundo entendimento deles, necessitava ser “salva”. No entanto, artefatos, como a cerâmica, revelou elementos de comunidades complexas anterior à temporalidade quinhentista. Olhar para esse passado possibilita construir uma ponte entre o presente e essa ancestralidade de hábitos, linguagens e práticas difundidas até a atualidade em nosso país intrinsecamente. Por essa razão, observa-se a necessidade de uma educação reflexiva e crítica, que seja capaz de gerar atos de transformação social a partir do ensino. Assim, reconhecemos a relevância de “[...] reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional” (CRENSHAW, 2004, p.15).

Com base nisso, compreendemos que a Lei nº 11.645/08, alteração da Lei 10.639/03, foi uma pertinente maneira de quebrar paradigmas relacionados aos estereótipos e equívocos propagados sobre a cultura afro-brasileira e indígenas durante muito tempo. Contudo, segundo Lopes (2016, p. 48), tal legislação mencionada “é resultado de décadas de um caminhar lento, mas constante dentro do universo da afirmação dos direitos humanos dos povos indígenas”. No âmbito da Educação

Básica, as responsabilidades são diversas mediante os desafios que os docentes necessitam enfrentar para se adequar aos currículos propostos pelo Estado, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, porém, para abranger todas as diversidades culturais no contexto socioeducacional, “acredita-se que essa nova pedagogia possa contribuir na construção de uma cultura de paz e no fim das guerras entre deuses, religiões e culturas” (MUNANGA, 2015, p.21).

Nessa perspectiva, damos aqui ênfase às áreas do conhecimento de Geografia, uma vez que estas tornam-se necessárias de modo que os docentes possam trabalhar contra mazelas discriminatórias, a fim de reconhecer a riqueza denotada pela diversidade etnocultural que abarca o patrimônio sociocultural no Campo das Vertentes e, também, ressaltar o passado histórico rico através da perspectiva dos povos originários. Entretanto, “a falta da capacitação de profissionais da educação para a realização de trabalhos voltados para as relações étnico-raciais e diversidade cultural e outros temas, na grande maioria, é ausente em sua formação profissional” (MARTINS; PUREZA, 2020, p. 6). Além desse pouco preparo, os livros didáticos utilizados no cotidiano das salas de aulas ainda “não permitem – como prevê a legislação brasileira – a promoção do conhecimento e do intercâmbio cultural da história e da cultura desses povos que foram fundamentais para a sociedade brasileira” (GOULART; MELO, 2013, p. 52). Por esse motivo, nos apropriamos a cultura indígena no Campo das Vertentes como maneira de exemplificar a necessidade de estudos mais abrangentes sobre a Cultura Afro-Brasileira e, neste caso, indígena a fim de contribuir para a produção intelectual nos espaços escolares e na formação docente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentando acima, o passado indígena em Minas Gerais, particularmente no Campo das Vertentes, é bastante recuado, resultando em um patrimônio arqueológico que expressa essa história oculta, de uma minoria que hoje resiste. Diversos grupos indígenas, ao longo das décadas expressara a sua luta por seus direitos, a qual se materializara – em certa medida – na Constituição de 1988, como também na Lei nº 11.645/08, que reconhece a diversidade étnico-racial do Brasil. Não obstante, os livros didáticos ainda se encontram demasiadamente insipientes a respeito da temática indígena, e muitos cursos de licenciatura, ainda relegam pouca atenção à essa área na formação de professores.

Essa aparente contradição trata-se do cerne do artigo, que busca salientar a aparente não correspondência dos conteúdos ministrados na geografia com a realidade e as novas pesquisas. Em razão disso, a interdisciplinaridade desponta-se como uma das alternativas possíveis para o contorno dessas defasagens.

A interdisciplinaridade tem sido alvo de discussão na área da educação desde a década de 70 do século passado. Seus principais efeitos no âmbito das escolas são justamente a abertura para diálogos, compartilhamento de projetos, a integração de distintas disciplinas da grade curricular (CAVALCANTI, 2002), a compreensão e a extrapolação da compartimentação do saber (MORIN, 2010). Além disso, a formação dos professores possui posição chave. A construção de projetos-políticos-pedagógicos, que englobam a transversalidade de áreas do conhecimento – no caso perpassadas pela arqueologia – na formação de profissionais em Geografia trata-se uma das formas de contemplar esse patrimônio indígena em sala de aula. Uma vez que a Geografia nas escolas possui a capacidade revelar pontos de vista da realidade, isto é, leituras das espacialidades físicas e culturais (CAVALCANTI, 2002), o patrimônio indígena é facilmente contemplado incorporado ao utilizar novas formas pedagógicas.

Em síntese, ainda há um longo caminho para ser trilhado e conquistado. Novas leituras e abordagens tem surgido e sido aplicadas nas escolas, bem como no ensino superior. O passado indígena do Campo das Vertentes ainda se encontra pouco explorado. Porém, a ausência da valorização desse patrimônio histórico-cultural dos povos originários tão pouco alcançou as escolas, tratando de contradição com a realidade.

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, A. L. V.; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de paleontologia**, v. 9, n. 1, p. 109-116, 2006.
- BOËDA, E. *et al.* The late Pleistocene industrie of Piauí, Brazil: new data. In: GRAF, K.; KETRON, C.; WATER, M. (Eds.). **Paleoamerican Odyssey**. Austin: Texas A&M University Press, 2013.
- BORRERO, L. A. Moving: hunter-gatherers and the cultural geography of South America. **Quaternary International**, v. 363, p. 126-133, 2015.
- BRANDT. **Relatório Final de Escavação**. 2004.
- BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de Março de 2008**. Ministério da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 27 jun. 2023.
- BUENO, L.; DIAS, A. S.; STEELE, J. The Late Pleistocene/Early Holocene archaeological record in Brazil: a geo-referenced database. **Quaternary International**, v. 301, p. 74-93, 2013.
- CAVALCANTI, L. S. Geografia e educação no cenário do pensamento complexo e interdisciplinar. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 22, n. 2, p. 123-136, 2002.

CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DIAS, A. S. Diversificar para poblar: el contexto arqueológico brasileño en la transición Pleistoceno-Holoceno. **Complutum**, v. 15, p. 249-263, 2004.

DELFORGE, A. **O gerenciamento do patrimônio arqueológico no estado de Minas Gerais utilizando-se sistema de informações espaciais (SIG)**. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

DUNNELL, R. The Notion Site. In: ROSSIGNOL, J.; WANDSNIDER, L. (eds.). **Space, Time and Archaeological Landscapes**. Plenum Press, New York, 1992.

GOULART, R. da S.; MELO, K. R. de. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, Londrina, v.13, n. 02, p. 33- 54, 2013.

HECKENBERGER, M. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana no longuedurée, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. B. (Eds.). **Os povos do Alto Xingu: história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

HODDER, I. (Ed.). **Religion, history, and place in the origin of settled life**. University Press of Colorado, 2018. 308p.

LOPES, D. P. J. S. **A Lei Nº 11.645/08 e a inclusão obrigatória da história e cultura indígena no currículo oficial: emergências e ausências no municípios de Marcação-Paraíba**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LUZ, M. F. **Práticas funerárias na área arqueológica da Serra da Capivara, sudeste do Piauí, Brasil**. 2014. 263 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

KIPNIS, R. Early hunter-gatherers in the Americas: perspectives from central Brazil. **Antiquity**, v. 72, n. 277, p. 581-592, 1998.

MARTINS, A. B.; PUREZA, M. G. B. O ensino de geografia e as relação étnico-raciais nos livros didáticos no ensino fundamental. **Geog Ens Pesq**, Santa Maria, v. 24, n. 18, 2020.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010. 350p.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20–31, 2015.

NEVES, W. A.; PILÓ, L. B. Quando e como os humanos chegaram à América. NEVES, W. A.; PILÓ, L. **O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos**, São Paulo: Ed. Globo, 2008.

PRATES, L.; POLITIS, G.; STEELE, J. Radiocarbon chronology of the early human occupation of Argentina. **Quaternary International**, v. 301, p. 104-122, 2013.

PROUS, A. **O Brasil antes dos brasileiros**. A pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 79p.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Archaeo, 2019. 880p.

PEDROZO, G. A.; REZENDE, L. P. Ocupação Aratu-Sapucaí nas áreas do atual município de Lavras, Minas Gerais. **Revista do Patrimônio Cultural de Lavras**, v. 1, n. 1, p. 241, 2020.

RESENDE, M. L. C. D. **Gentios Brasílicos: Índios coloniais em Minas Setecentista**. 2003. 401 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RESENDE, M. L. C. D.; LANGFUR, H. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. **Tempo**, n. 12, p. 5-22, 2007.

STRAUSS, A. **As práticas mortuárias dos caçadores-coletores préhistóricos da região de Lagoa Santa (MG): um estudo de caso do sítio arqueológico “Lapa do Santo”**. 2010. 723 f. Dissertação (Mestrado em Genética e Biologia Evolutiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VILAS-BÔAS, T. C. A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e bibliografia. **Revista de História**, Ouro Preto, n. 5, 1995.